

Altera o inciso XV do art. 48 e revoga os incisos VII e VIII do art. 49 para estabelecer que os subsídios do Presidente e Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, Senadores e Deputados Federais são idênticos aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 005-A, DE 2011.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2011. (Do Sr. Nelson Marquezelli e outros)

Altera o inciso XV do art. 48 e revoga os incisos VII e VIII do art. 49 para estabelecer que os subsídios do Presidente e Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, Senadores e Deputados Federais são idênticos aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

EMENDA nº 01

Acresça-se o art. 3º à PEC 5 de 2011, com a seguinte redação, renumerando-se:

"Art. 3º. O subsídio do grau ou nível máximo das carreiras de Delegado de Polícia Federal e Civil dos Estados e do Distrito Federal, e de Auditores Fiscais Tributários ou do Trabalho da União, dos Estados e do Distrito Federal, corresponde a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e os subsídios dos demais integrantes das respectivas carreiras são fixados em lei, não podendo a diferença entre um e outro ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos artigos 37, XI, e 39, § 4º.

Parágrafo único. Lei do ente federativo fixará a razão percentual entre os subsídios dos integrantes das carreiras de que trata o caput e os demais servidores das respectivas instituições." (NR).



Altera o inciso XV do art. 48 e revoga os incisos VII e VIII do art. 49 para estabelecer que os subsídios do Presidente e Vice-Presidente da República, Ministros de Estado, Senadores e Deputados Federais são idênticos aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Dentro dos mesmos fundamentos que justificaram a oferta da presente Proposta de Emenda Constitucional nº 5 de 2011, além da definição isonômica da remuneração de seus membros dos poderes da República, há que se estabelecer equivalência da remuneração dos integrantes das carreiras essenciais à existência do próprio Estado, em homenagem ao princípio constitucional da isonomia.

Sendo assim, esta emenda busca consonância entre os poderes, ajustando paritariamente os subsídios dos integrantes das importantes carreiras de delegado de polícia e auditoria fiscal, que integram o Poder Executivo.

Sala das Sessões, em

de 2012.

JOÃO CAMPOS Deputado Federal

Deputado	Gab.	Assinatura









